

## Economia Implementar um sistema regional de inovação

# Presidente da CCDRN quer levar I&D para fora do eixo Porto-Guimarães-Braga

**António Cunha** Presidente da CCDRN encontrou situações “absurdas e ridículas” na actual gestão de fundos comunitários, mas também decisões “graves e perdulárias”

### Entrevista

Abel Coentrão e Luísa Pinto

Foi o primeiro presidente eleito na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN) e aceitou o lugar por acreditar que é o primeiro passo de um processo em direcção a uma maior descentralização. A Região Norte foi responsável pela gestão de 41% do PT2020 e quer chegar aos 50% no PT2030. Em entrevista ao PÚBLICO, António Cunha diz que o próximo ciclo comunitário, com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) incluído, terá de trazer mudanças profundas nos modelos de decisão e mais autonomia. A CCDRN quer implementar um sistema regional de inovação, para auxiliar decisões sobre o apoio às empresas e levar os investimentos em investigação e desenvolvimento (I&D) para fora do eixo Porto-Guimarães-Braga. Antigo reitor da Universidade do Minho defende que as regiões deveriam também ter intervenção nos apoios à agricultura – “porque não se desenvolve o interior se não melhorarmos as políticas de rendimento” de quem lá vive, afirma.

**Foi o primeiro presidente eleito não nomeado pelo Governo. Que desafios traz esta legitimação democrática do presidente da CCDRN e que oportunidades? O que muda?**

Penso que foi decisivo para o meu processo de chegar até aqui – tanto essa legitimação, como o facto de ela fazer parte de um processo de construção. Estamos num processo de acentuar a descentralização e o quadro autonómico das regiões, e o que me parece essencial é sermos capazes de mobilizar uma região em torno dos objectivos que são importantes para o seu desenvolvimento. E esta é uma

lógica de facto, e não retórica. As regiões são diferentes e devem ser diferentes.

**Esses passos iniciais já vão ser visíveis no que conhece do que vai ser a estrutura de gestão do próximo ciclo comunitário? Onde é possível melhorar?**

Tem de ser possível melhorar. O actual quadro tem diversas fragilidades, como um modelo de gestão muito centralizado e burocrático. Isto terá de mudar mesmo. Temos coisas que são absurdas e ridículas, como às vezes demorar-se duas semanas a mudar uma frase de um aviso onde houve necessidade de fazer uma correcção. E há outras questões que são graves e perdulárias. Tivemos exemplos de projectos de I&D com empresas de regiões que estão fora do Grande Porto e do Cávado e do Ave, nomeadamente do Alto Minho, que não foram aprovados porque quem estava a avaliar estava completamente descontextualizado da realidade. Vamos assinar um projecto de financiamento de I&D em Vila Real, mas demorou mais de 18 meses a ser aprovado, pondo o projecto em risco. Porque quem estava a fazer a avaliação não entende o que é aprovar um projecto de I&D superior a dez milhões de euros em Vila Real e a importância estratégica que tem. Estas coisas têm de mudar.

**A pressa de executar o PRR pode ajudar a eliminar estas entropias?**

O PRR é uma coisa que corre numa pista separada, e que vai ser paralela. Vamos certamente saltar várias vezes de umas pistas para as outras. É difícil de antever, mas pode haver algo positivo. Desde logo vamos ter pela primeira vez um quadro concorrencial e eu considero positivo, por exemplo, ter um projecto e ver se entra num programa ou noutro, e quem for capaz de ser mais célere a aprovar.

Acredito que todos fomos percebendo que, mais do que tudo, há um consumo de energia e um desperdício extremamente grande, seja nos modelos de gestão seja em questões operacionais. Há processos que são verificados várias vezes por diferentes pessoas. Há documentação que é exigida a quem apresenta uma candidatura que faria sentido que fosse apresentada se a candidatura fosse aprovada.

**Essa centralização, as entropias, o excesso de burocracias ajudam a explicar que o Norte continue sem atingir os níveis de convergência? Tantos fundos depois, o que é preciso fazer?**

Gostava de dar uma nota de esperança nisso. O Norte teve um problema estrutural durante séculos, o problema da educação. Ainda hoje, quando chegamos à geração acima dos 40 e 50 anos, encontramos problemas gravíssimos. A nota de grande esperança é que, se formos para o escalão dos 18 aos 24 anos, Portugal convergiu, e nós hoje temos uma taxa de abandono do ensino superior melhor do que a média da UE. O grande problema é que para dar efeitos na economia ainda são precisos dez ou 15 anos. **A autonomia de gestão que reivindicam para os próximos fundos permitiria que olhassem para esses problemas concretos?**

Logicamente que sim. Finda uma fase de investimento em infra-estruturas, não se pode falar de desenvolvimento regional sem desenvolvimento económico. O nosso sistema de inovação está muito concentrado em dois centros, Porto e Braga-Guimarães. Trazer actividade ID para fora deste eixo tem de ser um objectivo essencial. Mas, quando isto é feito à distância e decidido por pessoas que estão descontextualizadas, só por sorte é que as coisas podem correr bem.



**Mais do que tudo, há um consumo de energia e um desperdício extremamente grandes**

**Há coisas absurdas e ridículas, como demorar-se duas semanas a mudar uma frase de um aviso onde houve necessidade de fazer correcção**

**Já tem uma ideia concreta das áreas sectoriais em que gostariam de ter maior autonomia de gestão?**

Queremos ter um sistema regional de inovação como uma das pedras essenciais do nosso desenvolvimento e com um grau de autonomia elevado. Neste momento, a região tem verbas para o sistema de inovação, mas faz só o trabalho burocrático e administrativo de conferir papéis e despesa. A decisão estratégica não é feita aqui.

Gostaríamos também, devido à realidade do interior, de trazer e articular a questão agrícola. Não é possível pensar em fixar pessoas nas zonas de baixa densidade se não tivermos estratégias para o aumento dos seus rendimentos. **Será preciso fazer alterações na arquitectura dos programas?** Temos de evoluir para um nível de articulação maior. Idealmente, gostaríamos que o programa regional tivesse uma dimensão



TERESA PACHECO MIRANDA

### região estão bem representadas no plano?

Temos um guião do qual é difícil discordar, porque tudo o que está no PRR devia estar. As críticas são sempre sobre o que não está. Falta saber como vai ser articulado com outros programas, o importante é saber como vai ser o sistema de gestão.

### E sobre isso está a zero?

O nível de consolidação nessas questões é ainda relativamente baixo, há um desconhecimento muito grande sobre isso. O PRR nasce assumidamente como um programa pensado centralizadamente, e isso também não nos causa grande confusão, face ao que aconteceu e ao modo como foi a sua génese a nível europeu. A nossa preocupação é com a sua gestão, que deve ser descentralizada. Não vai haver maneira de gerir um processo com estes *timings* e com esta dimensão a partir de uma lógica centralizada. Temos usado uma metáfora humorística para esta questão: acreditamos numa gestão descentralizada do programa que evite uma congestão centralizada do mesmo.

### Ficou a ideia de que se foi buscar o que estava numa fase de projecto mais avançado para chegar ao terreno mais rápido.

Mas há muita coisa por definir. As agendas mobilizadoras não estão definidas. E não tinham de estar. Vão resultar de proactividade e de movimentação de agentes do tecido económico.

### Em Espanha, há uma aposta muito grande nas baterias. Em Portugal, pode ser que apareçam nas agendas verdes para a industrialização.

Nas agendas mobilizadoras, podem aparecer coisas ligadas a materiais alternativos e fora do ciclo tradicional dos combustíveis fósseis, podem aparecer agendas baseadas em economia circular. As baterias não são um produto especialmente verde.

### Não devemos apostar nas baterias eléctricas?

Não nas que usamos hoje, que usam muito lítio, são muito grandes e pesadas, mas nas baterias que supostamente estarão no mercado dentro de cinco ou seis anos, as de células de lítio.

### O INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia está a desenvolver projectos nessa área.

Mas ainda não está industrializado. Mais do que falar do Norte, se pensarmos no Noroeste peninsular, estamos a falar de uma das áreas de indústria automóvel mais importantes da Europa, com uma produção que é quatro vezes a da Autoeuropa. Começando em Vigo, onde está a fábrica da PSA, até Oliveira de Azeméis, onde está

o grupo Simoldes, é um contínuo que abarca empresas como a Salvador Caetano, a Bosch, a Continental, a ZF. Faz sentido que este *cluster* se intensifique e haja uma aposta nas soluções para a gestão de energia do automóvel, incluindo as baterias. O facto de Portugal, e da região, terem também reservas de lítio pode ajudar a este processo, mas não considero, sequer, que seja uma coisa crítica.

### Devemos explorar o lítio ou não? A CCDR vai ter de se pronunciar sobre isso.

A ser autorizada, essa exploração será sempre dentro do quadro legal, de acordo com as boas práticas ambientais, não pode haver cedências aí. Mas isso é estratégico para a região? Explorar lítio pode ser estratégico se a sua valorização for feita aqui.

### Isto é, se houver uma refinaria?

A valorização é a extração, refinação, células de combustível, células de baterias, reciclagem. Para mim, é estratégico, se tivermos uma parte significativa desta cadeia de valor. Haver extração não é algo com que eu esteja especialmente empolgado. É mais uma actividade, e sim, traz emprego. Mas a questão de geração de valor implica uma criação de estratégias e de cadeias de valor. Se estamos a meter apenas um elo e não dominamos a cadeia, somos acessórios. É sempre uma posição débil, não estaremos a dominar a inovação.

### A CCDRN está preparada para uma eventual batalha judicial com o empresário Mário Ferreira, a propósito do chumbo do hotel que ele anda há anos a tentar construir em Mesão Frio?

Esse é um processo que ainda está a seguir os seus trâmites. Do ponto de vista formal, não posso dizer nada, a posição final da CCDRN será tomada face às posições que venham a ser tomadas pelo promotor nas suas alegações. Vamos aguardar o que ele disser, para depois haver uma tomada de decisão final.

### Ter aprovado o Plano de Pormenor da Rede em 2010, prevendo aquele equipamento, foi um erro da CCDRN de então, ou as circunstâncias é que mudaram?

A aprovação que existe é municipal, temos de ser formalistas. É evidente que, desde essa época até agora, várias coisas mudaram. Passados dez anos, há todo um pensamento sobre questões do território e ambientais que evoluiu muito. Não podemos ser indiferentes a isso. Mas há, também, questões formais e legais no parecer em causa que justificam a decisão. Vamos ver se esses aspectos formais são contrariados ou não pelo promotor.

agrícola. Há um discurso recente, no sentido de valorizar os serviços de ecossistemas que esses territórios prestam, independentemente da produtividade agrícola deles. Mas precisamos de ter lá gente a trabalhar. Por outro lado, a novidade da nossa estratégia 2030 é a integração da gestão do território. Estamos a trabalhar no Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Norte, que deverá ficar pronto até meados do ano.

### Num ano de pandemia, e ainda a quente, é possível perceber o que se perdeu no Norte, do ponto de vista mais estrutural? Ou acredita que a crise económica e social é rapidamente recuperável, com os instrumentos certos?

A região perdeu coisas que são conhecidas, 70% da sua actividade turística, sobretudo nos grandes centros turísticos. E há perdas na indústria, muito diversas, difíceis

de contabilizar, mas que andarão em 20% e 25%, o que é muito. Isto acontece em cima de dois processos transformativos que a economia estava a protagonizar: a transição digital e a transição energética. Estavam já ambos a colocar pressões de natureza diversa e a obrigar à mudança de certas actividades e posicionamentos. Em última análise, a pandemia fez estragos e destruição económica de tecido *per se*, mas na maior parte dos casos acelerou aquilo que já estava a acontecer.

Este processo, no seu conjunto, tem grande impacto no tecido económico produtivo, pelo que destrói, mas também cria tecido e emprego. Sabemos que o que é criado é menor do que o que é destruído e o problema é que o emprego que é criado não procura as pessoas que saíram do emprego que é destruído. Procura outras. **Entretanto, temos aí o PRR português. As ambições da**

“

**O problema é que o emprego que é criado não procura as pessoas que saíram do emprego destruído**

**A pandemia fez estragos e destruição económica *per se*, mas na maior parte dos casos acelerou o que já estava a acontecer**